

Governo estuda medidas duras para conter déficit

A área econômica do Governo prepara um conjunto de medidas para garantir o controle do déficit público no próximo ano, caso o Congresso altere significativamente o Orçamento da União. São medidas duras e de caráter excepcional, como a retenção da liberação de recursos de empréstimos contratados, cortes drásticos no orçamento de crédito — atingindo especialmente o crédito rural — ou a exigência de pagamento antecipado de débitos junto à União.

A preocupação da área econômica em contar com alternativas ao alcance do Executivo para conter o déficit parte da avaliação de que os governadores derrotados nas eleições mobilizarão suas lideranças parlamentares para alterar profundamente a proposta orçamentária apresentada pelo Governo. Essa proposta, que prevê um déficit irrisório de 0,10% do PIB, é um componente vital para a meta global de um superávit de 0,07% do PIB para o setor público em 1989.

O Ministério da Fazenda tem prontos os cálculos sobre o impacto da parcela de 25% que caberá aos Estados na rolagem dos débitos externos que contam com aval da União, prevista na proposta original do Orçamento. O custo dessa parcela chegaria a cerca de US\$ 3 bilhões (cerca de CZ\$ 1,6 trilhão, pelo câmbio ofi-

cial) para os Estados e Municípios, inferior às despesas que teriam de ser cobertas pelos governadores e prefeitos se lhes fosse exigido o pagamento dos juros vencidos desses débitos e a vencer em 1989.

O esquema de rolagem dos débitos externos previsto na proposta orçamentária é justamente um dos principais pontos das divergências entre a área econômica do Governo federal e os governadores. Para rebater a oposição destes, a área econômica argumenta que seria injusto garantir aos Estados com elevado endividamento externo um tratamento privilegiado em relação àqueles que optaram por endividar-se internamente, bancando integralmente os juros e o principal desse endividamento.

Outro argumento alinhado contra a posição dos Governadores é o fato de que os recursos da parcela de 25% da rolagem das dívidas externas cobrados aos Estados e Municípios são a fonte de dinheiro para as operações de crédito rural. O que significa, na avaliação destes técnicos, que se esses recursos não entrarem efetivamente no caixa do Tesouro, por força de decisão do Congresso, não haverá dinheiro para a liberação do crédito rural, repercutindo diretamente na safra agrícola do País.